

Pressa para acertar com os banqueiros

ainda falt

GAZETA MERCANTIL 10 JAN 1985

por Paulo Sotero
de Washington

As negociações para o rescalonamento da dívida externa brasileira em bases plurianuais entraram em sua fase final e colocaram seus dois principais atores, o presidente do Banco Central do Brasil, Afonso Celso Pastore, e o presidente do comitê representante dos bancos credores, William Rhodes, numa luta contra o relógio, entre Nova York e Washington, para tentar chegar a um acordo em princípio o mais cedo possível — “de preferência antes da confirmação de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral, na próxima terça-feira, ou, se não for possível, logo depois”, segundo fonte de um grande banco de Nova York.

As negociações estão caminhando bem e há uma chance, embora remota, de que o anúncio seja feito ainda nesta semana. “Mas o mais provável é que isso fique para a semana que vem”, informou a este jornal um outro banqueiro,

que tem acesso às negociações.

O próprio Pastore forneceu indícios na mesma direção. Depois de revelar, na terça-feira, que tinha reserva marcada para voltar para o Brasil na sexta e acenar com a possibilidade de dar uma entrevista coletiva antes de tomar o avião, ele dizia, na manhã de ontem, que “nada indica que eu vá usar essa passagem”.

Ainda que só volte a Brasília quando já houver novo presidente eleito no Brasil, Pastore já chegou a alguns acertos importantes com os credores. Fonte familiarizada com as negociações informou ontem a este jornal que já está acertado o tamanho do rescalonamento. Será de cerca de US\$ 42 bilhões, mais perto dos US\$ 37 bilhões oferecidos pelos bancos do que dos US\$ 51 bilhões pedidos pelo Brasil.

Este montante representaria a renovação de todos os compromissos que vencem entre 1985 e 1991, como foi pedido pelo Brasil, mas

excetuaria aqueles que foram negociados nas fases 1, em 1983, e 2, em 1984, como querem os bancos. Resolvido, também, está o prazo de pagamento: será de quinze anos, a meio caminho entre os dezesseis anos que os negociadores brasileiros propuseram e os catorze que os credores se prontificaram a conceder.

Na lista dos assuntos ainda não resolvidos encontra-se o prazo de carência, item sobre o qual, segundo a fonte, se está caminhando para uma solução aparentemente mais próxima da proposta de oito anos apresentada em dezembro por Pastore do que o esquema de amortização gradual, com o início quase imediato de pagamentos de pequenas parcelas, sugerido pelos bancos.

A questão mais difícil continua a ser a do “spread”, a taxa de risco cobrada acima da taxa de juros e que constitui o grosso do lucro dos bancos na renovação dos empréstimos. O Brasil ofereceu-se a pagar uma taxa média idêntica à que foi negociada com o México, ou seja, de 1,125% acima da Libor, a taxa interbancária do mercado de Londres, sobre o total do montante rene-

Pressa para acertar com os...

por Paulo Sotero
de Washington
(Continuação da 1ª página)

isso leva em consideração pagamento do principal, prazo de carência, taxa de juros, etc., disse a fonte.

Ontem pela manhã, Pastore e Rhodes viajaram a Washington para acertar dois problemas mais burocráticos relacionados com a renegociação. Com funcionários do Federal Reserve Board, o Banco Central norte-americano, do Departamento do Tesouro e do escritório do “Comptroller of Currency”, subordinado ao Tesouro, eles avaliaram a legalidade do

acordo que está sendo armado.

De acordo com os regulamentos a que estão submetidos os bancos americanos, credores de cerca de 40% da dívida brasileira, nenhum deles pode ter o equivalente a mais de 10% de seu capital emprestado para um único tomador. Em virtude da dimensão do pacote que está sendo negociado, o sistema de consolidação da dívida brasileira, todo feito através do Banco Central — e não por empresas devedoras individuais, como ocorre no caso do México —, põe a “exposure” dos credores maiores além dos limites permitidos.

CUSTO DO DINHEIRO

Os bancos aceitaram em princípio o número apresentado pelo governo brasileiro mas discordaram da forma de sua aplicação. A proposta inicial dos credores foi que a taxa de risco que for acertada incidisse, de forma seriada, apenas sobre os compromissos que vencem a cada ano, valendo as taxas originais para os demais anos. Por esse método, o Brasil pagaria, na média, muito mais do que o 1,125% que propôs. “O que se está tentando fazer é olhar o fluxo de saída de capitais do Brasil (no período abrangido pela renegociação) para tentar torná-lo o mais suave possível.

(Continua na página 13)

A taxa monetária.

Segundo um banqueiro ouvido por este jornal, a solução mais fácil, e que provavelmente Pastore e Rhodes levaram às autoridades regulamentadoras em Washington, é de se considerar a parte relativa à renovação do principal como “depósito” e não como “empréstimo”, uma vez que o Banco Central, em lugar de realizar o pagamento do principal, apenas registra o valor vencido em seus computadores, depositando-o numa conta em nome do credor como já faz atualmente. Trata-se de uma operação contábil. O dinheiro “depositado” na realidade não existe.

No Fundo Monetário Internacional, a dupla de negociadores foi acertar, com os funcionários da Divisão do Atlântico, a fórmula se-

gundo a qual o governo brasileiro manterá o FMI informado sobre a performance de sua economia durante o período abrangido pela renegociação. O programa de ajustamento econômico brasileiro com o FMI esgota-se em março de 1986. Mas os credores exigem, a exemplo do que aconteceu na renegociação do México, que o país se comprometa formalmente, nos contratos do acordo de renegociação, a submeter-se à vigilância do FMI pelo tempo que valer a renegociação plurianual.

Hoje, Pastore e Rhodes estarão novamente em Nova York, para mais reuniões com os membros do comitê de bancos, nas quais tentarão superar as diferenças ainda não resolvidas.